

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 11/2013-2017
Sessão de 27 de fevereiro de 2015

--- **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM.** ----

--- Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, pelas dezoito horas, reuniu a Assembleia Municipal de Santarém, na Sala da Assembleia, na antiga Escola Prática de Cavalaria, na cidade de Santarém, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

--- **Um**–APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO E DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA. -----

--- **Dois**–APRECIAÇÃO DO RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL). -----

--- **Três**–APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA REFERENTE AO PLANO DE TRANSPORTES ESCOLARES – ANO LETIVO DOIS MIL E QUINZE/DOIS MIL E DEZASSEIS – PRÉVIA AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS. -----

--- **Quatro**–APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE PESSOAL – ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS. ---

--- **Cinco**–APRECIAÇÃO DO RELATÓRIO DE MONOTORIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS OPERAÇÕES DE REABILITAÇÃO URBANA – ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA SIMPLES DO PLANALTO DE SANTARÉM. -----

--- **Seis**–APRECIAÇÃO DO RELATÓRIO DE MONOTORIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS OPERAÇÕES DE REABILITAÇÃO URBANA – ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA SISTEMÁTICA DA RIBEIRA DE SANTARÉM E ALFANGE. -----

--- **Sete**–EMISSÃO DE PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI Nº SETECENTOS E QUARENTA E SEIS/XII (ALTERAÇÃO DOS LIMITES TERRITORIAIS DAS FREGUESIAS DE PERNES, DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE S. VICENTE DO PAÚL E VALE DE FIGUEIRA E DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ACHETE, AZOIA DE BAIXO E PÓVOA DE SANTARÉM, NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM), DA INICIATIVA DO PARTIDO SOCIALISTA. -----

--- **Oito**–EMISSÃO DE PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI Nº SETECENTOS E

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 11/2013-2017
Sessão de 27 de fevereiro de 2015

CINQUENTA E SETE/XII (ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SANTARÉM (MARVILA), SANTA IRIA DA RIBEIRA DE SANTARÉM, SANTARÉM (S. SALVADOR), E SANTARÉM (S. NICOLAU), NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM, PARA UNIÃO DE FREGUESIAS DA CIDADE DE SANTARÉM), DA INICIATIVA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA. -----

--- ~~Nove~~—APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE “VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES” APRESENTADAS NOS TERMOS DO ARTIGO QUARENTA E SEIS DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM.-----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** ordenou que se procedesse à chamada, verificando-se as seguintes presenças: -----

--- António Júlio Pinto Correia (Presidente), Manuel Joaquim Vieira (Primeiro Secretário), Ana Teresa Pereira Pires Martins da Mota Antunes (Segunda Secretária), Abílio Manuel Mota Ribeiro, António José Ferreira Borba, Armando António Leal Rosa, Cássio José Gonçalves Martins Leitão, Catarina Isabel Santos Silva Campos, Cristina Margarida Gomes Casanova de Pereira Martins, Daniela Margarida Duarte dos Reis Leandro Germano, Dina Maria Gomes Rocha, Fabíola Cruz Neto Cardoso, Gonçalo José Zarco Martinho do Rosário, Horácio Neto Frade da Silva, João Miguel Tavares Rodrigues, Joaquim Augusto Queiroz Frazão Neto, José Carlos Melgueira Antas, José Luís Marques Cabrita, Luís Manuel da Graça Batista, Manuel João Maia Frazão, Maria Alecta Marques Cardoso Rocha Matias Ferreira, Maria Helena Claro Victor Vinagre, Paulo Tiago Rodrigues dos Santos, Ramiro José Jerónimo Matos, Raquel Inês Marques Fernandes, Renato António Vieira Calado Possante Bento e Sandra Isabel de Sousa Barreiro Dinis. -

--- **Presidentes de Junta:**-----

--- Carlos Manuel Madeira dos Santos (Abitureiras), Rui Manuel Lopes Ferreira (Abrã), Cristina Maria Bento Neves (Alcanede), Pedro Guilherme Madeira Mena Esteves (Alcanhões), João de Oliveira Neves (Almoster), José Augusto Alves dos Santos (Amiais de Baixo), Sérgio Talhão (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Arneiro das Milhariças), Joaquim Duarte Aniceto (Gançaria) Maria Margarida Costa

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 11/2013-2017
Sessão de 27 de fevereiro de 2015

Ribeiro Gomes (Moçarria), Luís Emílio Rodrigues Duarte (Pernes), Vanessa Filipa Azinheira Cláudio Duarte (Póvoa da Isenta), Manuel João Heitor Custódio (Vale de Santarém), António João Ferreira Henriques (União de Freguesias de Achete, Azoia de Baixo e Póvoa de Santarém), Maria Emília Serrão Massena Santos (em representação do Presidente da União de Freguesias de Azoia de Cima e Tremês), Carlos do Carmo da Cruz Trigo (União Freguesias de Casével e Vaqueiros), Artur Manuel Glórias Ferreira Colaço (União de Freguesias de Romeira e Várzea), Carlos António Marçal (União das Freguesias de Marvila, Santa Iria da Ribeira de Santarém, São Salvador e São Nicolau), e Ricardo Luís da Costa (União de Freguesias de São Vicente do Paúl e Vale de Figueira). -----

--- Pediram a sua substituição nos termos da Lei e do Regimento: -----

--- Carlos Augusto Pinhão Coutinho e Tiago Alexandre Freitas Mendes Preguiça.-----

--- **Executivo Municipal** -----

--- Presenças: -----

--- Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves, António José da Piedade Carmo, Luís Manuel Sousa Farinha, Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes, Ricardo Jorge Figueiredo Segurado, Maria Inês Leiria Barroso Ferreira Lopes e Otilia Margarida Jacinta Torres. --

--- Ausências:-----

--- Idália Maria Marques Salvador Serrão e Susana Cristina Coelho Pita Soares.-----

--- Confirmada a existência de quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, verificando a identidade e legitimidade da senhora Daniela Margarida Duarte dos Reis Leandro Germano que tomou posse em substituição do senhor Tiago Alexandre Freitas Mendes Preguiça, eleito pela lista do Partido Socialista.-----

--- Seguidamente o senhor **Presidente da Assembleia** deu início ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**”, submeteu a discussão e votação a Ata número oito/dois mil e treze–dois mil e dezassete, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

--- Prosseguiu-se o Período de Antes da Ordem do Dia, tendo sido dada a palavra à senhora **Maria Alecta Ferreira** que louvou a iniciativa do Executivo Municipal em dar novamente consistência ao Conselho Municipal de Educação, órgão de grande importância para a área da educação. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 11/2013-2017
Sessão de 27 de fevereiro de 2015

--- Depois, o senhor **Luís Batista** referiu-se à inauguração das obras de remodelação da Sociedade Recreativa da Romeira.-----

--- Salientou que esta obra contou com a participação de diversas entidades e da população, solicitando à Câmara também o seu apoio nestas obras.-----

--- De seguida, o senhor **Cássio Leitão** solicitou esclarecimentos sobre as infiltrações de água no pavilhão gimnodesportivo que tem contribuído para a degradação do pavimento, que já provocou ferimentos em diversas crianças.-----

--- Questionou qual o ponto de situação do regulamento do estacionamento tarifado que deveria, segundo afirmação do senhor Presidente da Câmara, estar concluído a final do ano passado.-----

--- Seguidamente, o senhor **Armando Rosa** quis saber o motivo do encerramento da Escola de Salvador.-----

--- Solicitou esclarecimentos sobre a conclusão das obras de saneamento que ainda estão a decorrer.-----

--- Lamentou o atraso na elaboração da revisão do PDM que já deveria estar em vigor. --

--- Depois, a senhora **Fabiola Cardoso** chamou a atenção para a falta de sinalização do Núcleo Museológico situado nas Portas do Sol.-----

--- Referiu que gostaria de obter resposta ao requerimento apresentado pelo Bloco de Esquerda sobre as “Escadinhas do Liceu”.-----

--- A seguir, o senhor **João Neves**, Presidente da Junta de Freguesia de Almoster, alertou para alguns problemas na sua freguesia decorrentes das obras de saneamento básico. ----

--- Salientou que a situação da recolha do lixo melhorou, no entanto, existem aspetos que ainda têm de ser melhorados.-----

--- Sugeriu em relação à recolha do “monos” que este serviço fosse efetuado através de um agendamento de modo a evitar que estes objetos permaneçam junto dos contentores dos resíduos sólidos urbanos.-----

--- Depois, o senhor **Pedro Mena Esteves**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcanhões, chamou a atenção para a necessidade de requalificação de alguns edifícios públicos na sua freguesia.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 11/2013-2017
Sessão de 27 de fevereiro de 2015

--- Salientou que a freguesia de Alcanhões continua com alguns problemas ao nível dos contentores para a recolha dos resíduos sólidos.-----

--- De seguida, o senhor **José Luís Cabrita** solicitou esclarecimentos em relação à vinda do senhor Ministro do Ambiente a Santarém.-----

--- Perguntou se Câmara pensa acolher as competências que o governo pretende delegar nas autarquias em matéria de educação e se o executivo está em condições de informar os custos que tem com a educação, nomeadamente com as escolas. -----

--- A senhora **Dina Rocha**, seguidamente, referiu que o largo da estação está bonito mas não está funcional para cargas e descargas. -----

--- Alertou para a dificuldade do atravessamento da linha em virtude da plataforma de acesso aos comboios ter sido elevada. -----

--- Depois, o senhor **Paulo Tiago Santos** enalteceu a iniciativa do executivo municipal na defesa do ambiente e recursos hídricos.-----

--- A seguir, o senhor **Joaquim Neto** que solicitou esclarecimentos sobre o despedimento de dois funcionários da empresa das Águas de Santarém, tendo a empresa sido obrigada a readmitir um dos funcionários e a indemnizar outro, tendo o Partido Socialista, na altura alertado para estes despedimentos ilegais.-----

--- Teceu algumas considerações no que concerne às barreiras de Santarém, manifestando a sua preocupação pelo atraso na resolução do problema da estrada nacional cento e catorze, apelando ao senhor Presidente da Câmara o máximo empenhamento nesta matéria e que retire as devidas consequências políticas. -----

--- Seguidamente, o senhor **Carlos Marçal**, Presidente da União de Freguesias da Cidade de Santarém, manifestou o seu desagrado pelas críticas que tem sido feitas em relação à Estrada da Estação, recordando que esta via de comunicação está com uma afluência de tráfego que não é normal, em virtude da estrada nacional cento e catorze estar cortada ao trânsito, Adiantou que já foi solicitado à Câmara algumas alterações no sentido de minimizar os problemas atuais. -----

--- A senhora **Dina Rocha** clarificou que apenas alertou para um problema em relação à paragem dos carros para a entrada e saída de passageiros que provoca o congestionamento

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 11/2013-2017
Sessão de 27 de fevereiro de 2015

do trânsito. -----
--- Retomou a palavra o **Carlos Marçal**, Presidente da União de Freguesias da Cidade de Santarém, que esclareceu que a sua intervenção teve a ver com críticas que vêm há já algum tempo. -----
--- Depois, o senhor **Ramiro Matos** considerou que um dos problemas da estrada da estação também passa por um pouco de civismo dos utentes. -----
--- Referiu-se à descentralização de competências nas autarquias locais pela publicação do Decreto-Lei número trinta/dois mil e quinze, de quinze de fevereiro. -----
--- Considerou que as autarquias locais podem fazer mais e melhor do que a administração central em muitas áreas, porque são as autarquias locais que estão mais próximas da populações e são os autarcas que melhor conhecem a realidade e os anseios das suas gentes. -----
--- Importa que as transferências de competências celebradas por vontade das autarquia locais sejam acompanhadas dos respetivos recursos financeiros, humanos e patrimoniais, utilizados nessas funções. -----
--- De seguida, o senhor **Presidente da Câmara** referiu que o executivo está empenhado em ajudar as coletividades do concelho dentro das suas possibilidades. -----
--- Relativamente ao pavilhão gimnodesportivo esclareceu que têm sido feito alguns arranjos periódicos que não resolveram os problemas, estando a ser preparada um intervenção mais profunda. -----
--- Adiantou que o regulamento do estacionamento está a ser elaborado e adaptado a nova legislação que saiu no final do ano passado. -----
--- Informou que tem projetos para a ocupação das escolas que vierem a ser encerradas com a abertura do novo Centro Escolar do Sacapeito. -----
--- Quanto às obras de saneamento informou que a sua conclusão está prevista para finais do mês de março do corrente ano. -----
--- Esclareceu que em relação ao PDM que tem havido reuniões com a CCDR, estando previsto iniciarem-se reuniões com as Juntas de Freguesia para ultimar este processo. ---
--- No tocante à sinalização do Núcleo Museológico referiu que o município está a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 11/2013-2017
Sessão de 27 de fevereiro de 2015

- aguardar autorização da DGPC para a colocação das placas no centro histórico. -----
- Relativamente às escadinhas de Santa Clara disse que o problema tem a ver com os arbustos de grande porte que provocaram as fissuras nos muros, adiantando que já foi dada resposta ao requerimento apresentado, pelo que a informação deverá estar a ser enviada.
- Referiu que os serviços do município estão atentos ao despejo indevidos entulhos e de monos. -----
- No que concerne à recuperação do alguns edifícios na freguesia de Alcanhões, referiu que a Câmara tem as situações identificadas, considerando que há pequenas intervenções que as juntas também têm a obrigação de fazer de modo a evitar a degradação dos edifícios, sublinhando que o município não tem capacidade para satisfazer todas as solicitações. --
- Salientou que o Executivo está empenhado para que o problema das barreiras seja resolvido o mais rapidamente possível, acrescentando que irá abordar este assunto no próximo congresso da ANMP. -----
- Quanto aos custos com a educação o município ainda não conseguiu que fosse feita a desagregação dos montantes respeitante ao fundo social municipal, sublinhando que o município tem cerca de quarenta e cinco funcionários a mais em relação à delegação de competências em matéria de educação. -----
- No tocante à estrada da estação, recordou que foi criado um parque de estacionamento junto da estação, sublinhando que esta via está a sofrer do aumento significativo de tráfego em virtude do corte da estrada nacional cento e catorze. -----
- Referiu relativamente ao pessoal que está a correr um processo em tribunal em que existe a possibilidade de um trabalhador ser readmitido, salientando que as contratações que tem sido efetuadas tem sido em regime de avenças não existindo situações de indemnizações no caso da cessação dos serviços. -----
- Concluiu, realçando que em matéria de descentralização, Portugal ainda é um país muito centralizador. -----
- De seguida, foi dada a palavra ao senhor **Vereador Ricardo Segurado** que clarificou o que disse em relação à estrada da estação, sublinhando que dois autocarros não se conseguem cruzar na primeira curva ascendente de quem vem do lado da estação no

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 11/2013-2017
Sessão de 27 de fevereiro de 2015

sentido de Vale de Estacas. -----

--- Apos alguma troca de impressões, o senhor **Presidente da Câmara** referiu que tem conhecimento das obras que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcanhões tem feito, sublinhando que a autarquia não tem capacidade para dar resposta a todos os projetos.-----

--- Clarificou que a solução rápida para as barreiras de Santarém prende-se com o financiamento e com uma definição clara de quem vai ficar responsável pela obra. -----

--- Esgotado o Período de Antes da Ordem o Dia”, deu-se início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** com o **PONTO UM – APRECIÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO E DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA.** -----

--- Foi dada a palavra ao senhor **José Luís Cabrita** que solicitou esclarecimento em relação a uma reunião entre o senhor Presidente da Câmara e o senhor Ministro da Saúde sobre os cuidados primários no concelho. -----

--- Quis saber quais as conclusões do debate sobre municipalização da educação, assim como qual o ponto de situação dos processos judiciais com a Abispark. -----

--- A seguir, o senhor **Joaquim Neto** chamou a atenção para o problema da recolha do lixo no concelho de Santarém. -----

--- Alertou para deficiente iluminação pública em Amiais de Baixo e em algumas zonas da cidade, designadamente junto ao W. Shopping.-----

--- Depois, o senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que na reunião havida com o senhor Ministro da Saúde, foram colocadas diversas questões, designadamente a falta de enfermeiros e de médicos de família, o funcionamento do Centro de Saúde de Alcanede, a VMER e a questão do bloco operatório do Hospital de Santarém, salientando que houve o compromisso do senhor Ministro em resolver estas questões.-----

--- Referiu que os processos jurídicos relacionados com a Abispark estão a ser devidamente tratados pelo gabinete jurídico da Câmara.-----

--- Salientou que iria fornecer toda a documentação relativa ao PDM em papel. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 11/2013-2017
Sessão de 27 de fevereiro de 2015

--- No tocante aos ecopontos, clarificou que esta matéria está a ser tratada com a Resitejo.

--- Relativamente à iluminação pública, informou que teve uma reunião com os responsáveis da EDP de modo a resolver os problemas existentes, salientando que em virtude do aumento do IVA de seis por cento para vinte e três por cento a iluminação acende vinte minutos mais tarde e apaga-se quarenta minutos mais cedo, para minimizar o impacto do aumento do IVA. -----

--- Concluiu, prestando esclarecimentos em relação à municipalização da educação, referindo que o Município de Santarém não foi convidado para ser projeto piloto. Acrescentou que tem havido reuniões sobre esta matéria no sentido de preservar a autonomia das escolas e para que o projeto educativo do concelho seja diferenciador. ---

--- Após alguma troca de impressões foi dado por concluída a apreciação deste Ponto que não carece de votação.-----

--- PUNTO DOIS – RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL. -----

--- Usou da palavra o senhor **José Luís Cabrita** que considerou que o relatório em apreço não está em condições de ser apreciado dado que o mesmo não foi apreciado pelo Executivo Municipal.-----

--- Após alguma troca de impressões e ouvido o senhor Presidente da Câmara, o assunto foi retirado da discussão para ser apreciado em próxima sessão. -----

--- PUNTO TRÊS – PROPOSTA REFERENTE AO PLANO TRANSPORTES ESCOLARES – ANO LETIVO DOIS MIL E QUINZE/DOIS MIL E DEZASSEIS – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL. -----

--- Pela Câmara foi presente a Proposta número dois/dois mil e quinze: -----

--- “Em cumprimento da deliberação camarária tomada por unanimidade na reunião de dezasseis de fevereiro, tenho a honra de propor a essa Assembleia, nos termos da alínea c) do número um do artigo seis da Lei número oito/dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, que delibere conceder **autorização prévia para assunção do compromisso plurianual**, relativa ao **Plano de Transportes Escolares – dois mil e quinze/dois mil e dezasseis**,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 11/2013-2017
Sessão de 27 de fevereiro de 2015

com os fundamentos constantes da informação número dezasseis, de dois de fevereiro, da Divisão de Educação e Juventude”. -----

--- Dada a ausência de intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta relativa ao **Plano de Transportes Escolares – Ano Letivo dois mil e quinze/dois mil e dezasseis – Autorização prévia para assunção do compromisso plurianual**, nos termos da alínea c) do número um do artigo seis da Lei número oito/dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, tendo sido **aprovada por maioria**, com trinta e três votos a favor, zero votos contra e uma abstenção.-----

--- PONTO QUATRO – PROPOSTA DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE PESSOAL – ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS. -----

--- Pela Câmara foi presente a Proposta número um/dois mil e quinze:-----

--- “Em cumprimento da deliberação camarária tomada por maioria com votos favoráveis do Partido Social Democrata e da Coligação Democrática Unitária e abstenções do Partido Socialista, em vinte e seis de janeiro de dois mil e quinze, tenho a honra de propor a essa Assembleia, que, nos termos do artigo sessenta e cinco da Lei número oitenta e dois-B/dois mil e catorze, de trinta e um de dezembro (orçamento de estado para dois mil e quinze) delibere conceder autorização para abertura dos procedimentos concursais destinados a candidatos que não possuam uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, com os fundamentos expostos na informação número seis, de vinte de janeiro, da Divisão de Recursos Humanos e Administração, que se anexa”. -----

--- Foi dada a palavra à senhora **Dina Rocha** que salientou que o Partido Socialista se iria abster na votação desta proposta, realçando que tem alguma dificuldade em perceber alguns aspetos nomeadamente em relação às justificações dos postos de trabalho a criar.

--- Levantou dúvidas no tocante à necessidade de dez de técnicos superiores, faltando pessoal noutras áreas de intervenção como já aqui tem sido referido em relação aos serviços de higiene e limpeza.-----

--- Referiu que tem havido um recurso aos contratos de emprego e inserção para a colocação de pessoal auxiliar nas escolas sem a devida qualificação para desempenho destas funções.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 11/2013-2017
Sessão de 27 de fevereiro de 2015

--- Seguidamente, a senhora **Raquel Fernandes** que solicitou esclarecimentos em relação ao número de lugares a criar para bombeiros municipais.-----

--- Depois, a senhora **Fabiola Cardoso** perguntou se foi tido em conta os técnicos que foram dispensados da empresa municipal Viver Santarém.-----

--- O senhor **Presidente da Câmara** clarificou que os lugares de técnicos superiores a criar vão ao encontro das necessidades do município, recordando que a contratação de assistentes operacionais já foi efetuada através de outro procedimento concursal.-----

--- Referiu que os lugares a criar serão ocupados através de procedimento concursal, salientando em relação aos bombeiros que os lugares a criar são cinco.-----

--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Recrutamento e Seleção de Pessoal – Abertura de Procedimentos Concursais**, nos termos do artigo sessenta e cinco da Lei número oitenta e dois-B/dois mil e catorze, de trinta e um de dezembro (Orçamento de Estado para dois mil e quinze), tendo sido **aprovada por maioria**, com vinte e oito votos a favor, zero votos contra e dezasseis abstenções.-----

--- **PONTO CINCO – RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS OPERAÇÕES DE REABILITAÇÃO URBANA – ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA SIMPLES DO PLANALTO DE SANTARÉM.**-----

--- **PONTO SEIS – RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS OPERAÇÕES DE REABILITAÇÃO URBANA – ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA SISTEMÁTICA DA RIBEIRA DE SANTARÉM E ALFANGE.**-----

--- Pela Câmara foram presentes os relatórios em epígrafe para apreciação.-----

--- Foi dada a palavra ao senhor **Gonçalo Martinho do Rosário** que referiu que o Partido Socialista em relação aos relatórios em apreço vê com bastante preocupação, quer os objetivos a que se propunha esta reabilitação urbana, quer às conclusões a que chegam os referidos relatórios.-----

--- Perguntou se os objetivos não deveriam se reequacionados, salientando que os proprietários terão dificuldade em obter financiamento junto das entidades bancárias. ---

--- No tocante à área da Ribeira de Santarém e Alfange o problema afigura-se como muito

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 11/2013-2017
Sessão de 27 de fevereiro de 2015

preocupante porque é uma zona com muito mais imóveis degradados e que requerem uma intervenção urgente. -----

--- A seguir, o senhor **Cássio Leitão** considerou que os relatórios em apreço são de uma ineficácia completa.-----

--- Prosseguiu tecendo algumas considerações relativamente ao conteúdo dos relatórios, destacando que não se vislumbra qualquer solução para o problema dos imóveis degradados.-----

--- Depois, o senhor **Armando Rosa** mencionou ter havido alguns trabalhos meritórios, contudo, continua a existir um défice na colocação de sinalética que permita aos visitantes encontrar os pontos turísticos na cidade e no concelho. -----

--- Considerou que se continua a trabalhar sem qualquer objetivo estratégico para o concelho. Isto é, vão-se fazendo os projetos ao sabor das necessidades urgentes, realçando que deveria haver um planeamento a médio e longo prazo.-----

--- De seguida, o senhor **Luís Farinha** referiu que os relatórios traduzem aquilo que é a realidade das cidades, existindo uma falta de dinamismo em face da situação económica do país, sublinhando que os relatórios espelham a situação em que nos encontramos. ----

--- A seguir, o senhor **Presidente da Câmara** prestou alguns esclarecimentos no tocante aos relatórios, referindo que as medidas apresentadas a nível nacional não são apelativas num quadro de crise, uma vez que não existe financiamentos a fundo perdido para a reabilitação dos imóveis degradados. Aquilo que existe são empréstimos a longo prazo com taxas reduzidas, considerando que tem de haver programas claros a nível nacional que levem à resolução deste problema. -----

--- Após algum troca de impressões o senhor **Presidente da Câmara** concluiu, esclarecendo no que concerne às derrocadas que o município tem adotado um procedimento no qual são contactados os proprietários sendo-lhe dado um prazo para intervencionarem. Caso não o façam o município toma a posse administrativa do imóvel e faz a demolição, sublinhando que a autarquia já gastou algumas dezenas de milhares de euros nesta matéria. -----

--- Esgotadas as intervenções foi dada por concluída a apreciação dos Pontos Cinco e Seis.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 11/2013-2017
Sessão de 27 de fevereiro de 2015

--- PUNTO SETE – EMISSÃO DE PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI NÚMERO SETECENTOS E QUARENTA E SEIS/XII (ALTERAÇÃO DOS LIMITES TERRITORIAIS DAS FREGUESIAS DE PERNES, DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE SÃO VICENTE DO PAÚL E VALE DE FIGUEIRA E DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ACHETE, AZOIA DE BAIXO E PÓVOA DE SANTARÉM, NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM), DA INICIATIVA DO PARTIDO SOCIALISTA.-----

--- Pela Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local, da Assembleia da República, foi presente para emissão de parecer o Projeto de Lei número setecentos e quarenta e seis/XII (alteração dos limites territoriais das freguesias de Pernes, da União de Freguesias de São Vicente do Paúl e Vale de Figueira e da União de Freguesias de Achete, Azoia de Baixo e Póvoa de Santarém, no Município de Santarém), da iniciativa do Partido Socialista. -----

--- Tomou a palavra o senhor **Ricardo Costa**, Presidente da União das Freguesias de S. Vicente do Paúl e Vale de Figueira, que salientou que os órgãos executivo e deliberativo da sua freguesia rejeitaram, por maioria, o projeto de lei número setecentos e quarenta e seis/XII, apresentado pelos deputados do Partido Socialista na Assembleia da República.

--- Referiu que quer os órgãos autárquicos quer as populações não foram ouvidas antes deste projeto de lei ter sido apresentado pelos deputados do PS pelo que, no seu entender, se está perante um desígnio partidário e não uma vontade das populações. -----

--- Este documento traça os novos limites territoriais da freguesia de Pernes de forma abusiva abrangendo sem qualquer justificação ou fundamento diversas localidades que distam da sede da freguesia de Pernes, vários quilómetros. Por outro lado, não se vislumbra qualquer benefício para as populações. Tem-se tentado manipular esta questão com o bairro castelinho, mas quem olhar para a proposta verifica que a mesma vai muito para além deste bairro. -----

--- Referiu que o executivo da União de Freguesia de S. Vicente do Paul e Vale de Figueira está disponível para discutir o mapa número um que consta da ata de treze de março de mil novecentos e setenta e dois da Câmara Municipal de Santarém, e em conjunto

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 11/2013-2017
Sessão de 27 de fevereiro de 2015

encontrar uma solução que sirva as populações.-----

--- Sublinhou em nome da população da sua União de Freguesia que nada tem contra a população de Pernes, destacando que as gentes destas freguesias sempre partilharam interesses culturais e económicos. -----

--- Disse ter conhecimento da disponibilidade dos deputados do PSD para elaborar um novo mapa dos limites das freguesias envolvidas no projeto de lei em apreço, sublinhando a sua disponibilidade para em conjunto encontrar uma solução para bem das populações.

--- A seguir, o senhor **Luís Emílio**, Presidente da Junta de Freguesia de Pernes, felicitou a iniciativa do Partido Socialista de mais uma vez apresentar uma Proposta de Lei visando a alteração dos limites da freguesia de Pernes, por uma questão de bem-estar e qualidade de vida da população residente nas áreas envolvidas neste projeto de lei. -----

--- A população da área abrangida por esta proposta há muitos anos que anseia pertencer à freguesia de Pernes, como é demonstrativo um abaixo-assinado, no início da década de oitenta, que reuniu quatrocentos e vinte assinaturas dos moradores desta área.-----

--- Ao longo das legislaturas foram apresentados diversos projetos de lei sobre esta matéria, salientando que a área administrativa da freguesia de Pernes ao longo da sua história sempre esteve condicionada, pois enquanto Pernes foi sede de concelho, a Ribeira de Pernes nunca pertenceu à freguesia de Pernes, fazia parte de Casével. -----

--- Destacou que, não podiam ficar indiferentes às queixas de vários moradores da Chã de Baixo em que nos informaram que se tinham deslocado à Conservatória do Registo Civil para tratar do Cartão de Cidadão e que não o puderam fazer por ter sido retirado o código postal da sua área e residência da base dados dos CTT. Em consequência foram informados pelos CTT que tal facto se ficou a dever a essa área ser de duas freguesias. Por outro lado, não podiam ficar indiferentes ao facto de haver eleitores que em toda a sua vida votaram em Pernes e por terem tratado do cartão de cidadão passaram automaticamente para a União de Freguesias de S. Vicente do Paúl e Vale Figueira, situação que provocou a sua revolta e abstenção dos atos eleitorais seguintes por dificuldade de deslocação. -----

--- Referiu que como é do conhecimento geral, para além dos constrangimentos provocados aos moradores da zona proposta, existem diversos equipamentos de Pernes

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 11/2013-2017
Sessão de 27 de fevereiro de 2015

que se encontram na União de Freguesias de S. Vicente do Paúl e Vale de Figueira, como sejam a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pernes, Bairro Social de Pernes e a Escola D. Manuel I – Pernes, sendo a Freguesia de Pernes, que ao longo dos anos cuida e trata da manutenção de grande parte desta área. Inclusivamente a Câmara Municipal de Santarém projetou o Parque Desportivo de Pernes composto por campo de futebol e Pavilhão desportivo para espaço contíguo à Escola D. Manuel I – Pernes. -----

--- Pelo exposto, só concordam com os limites propostos por uma questão racional e de bom senso, pois aproveita-se uma fronteira natural, o Rio Alviela até ao Porto dos Alcaides e daí faz-se a ligação à Chã de Baixo. Fazendo integrar na plenitude na freguesia de Pernes os lugares de Outeiro de Fora e Chã de Baixo. -----

--- Realçou que em resultado da reforma administrativa levada a cabo, as freguesias resultantes, localizadas a sul de Pernes (União de Freguesias de S. Vicente do Paúl e Vale Figueira e União de Freguesias de Achete, Azoia de Baixo e Póvoa de Santarém) são das maiores do concelho de Santarém, pelo que a área de transferência proposta terá um impacto reduzido nas suas áreas administrativas e também nas suas receitas. -----

--- Salientou que a Freguesia de Pernes está aberta a dialogar para se poder encontrar uma solução consensual, pois a situação que se vive não é razoável e não é racional, não potencia os recursos e traz dificuldades de várias ordens à população aí residente. -----

--- Apelou à Assembleia Municipal para ter uma decisão sensata e justa, sem partidarismos, numa lógica de uma gestão equilibrada do território concelhio, pois a Missão da Autarquia é servir a população, é isso que em conjunto devemos procurar atingir. -----

--- Depois, o senhor **José Luís Cabrita** salientou que não recebeu qualquer proposta de parecer em relação a esta matéria para votar, referindo que, no seu entender, o projeto de lei deveria ser retirado da discussão e criado um grupo de trabalho, com um representante de cada partido e de cada uma das freguesias envolvidas, para a elaboração do parecer a ser votado por esta Assembleia. -----

--- Seguidamente, a senhora **Fabiola Cardoso** considerou que a questão colocada pelo anterior orador é pertinente. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 11/2013-2017
Sessão de 27 de fevereiro de 2015

--- Referiu que o Bloco de Esquerda entende que esta questão ainda não foi devidamente discutida pelas populações, pelo que a posição do seu partido conjuga-se com aquilo que foi dito pelo senhor José Luís Cabrita. -----

--- De seguida, o senhor **Joaquim Neto** destacou que o senhor Presidente da União de Freguesias de São Vicente do Paúl e Vale de Figueira traz aqui um dado novo que é a sua disponibilidade para que se encontre uma solução para este problema. -----

Salientou que bancada do PS está solidário com o projeto de lei apresentado pelo facto deste ter trazido de novo o assunto a discussão, sublinhando que esta situação está a causar alguns transtornos à população envolvida, sugerindo que se acolha a sugestão do senhor José Luís Cabrita no sentido de ser criado um grupo de trabalho e se encontre uma solução que sirva todas as partes envolvidas. -----

--- A seguir, o senhor **Armando Lopes** referiu que embora concorde com o projeto de lei do PS, deveria haver um consenso em relação a esta matéria, considerando que esta situação reflete um pouco daquilo que se passou no país com a agregação das freguesias.

--- Seguidamente, o senhor **Ramiro Matos** referiu que a bancada do PSD respeitaria esta proposta caso ela tivesse nascido da vontade das populações e dos órgãos das freguesias envolvidas. Contudo, este processo não começou da melhor forma. -----

--- Considerou que a Assembleia Municipal foi chamada a pronunciar-se se concorda ou não com este projeto de lei, sublinhando que esta matéria é da exclusiva responsabilidade da Assembleia da República. -----

--- Salientou que o PSD concorda com a criação de uma comissão caso os eleitos do PS nesta Assembleia solicitem aos deputados do PS para retirarem este projeto de lei. -----

--- Informou da disponibilidade dos deputados à Assembleia da República eleitos pelo círculo eleitoral do distrito de Santarém para apresentar um projeto de lei sobre a alteração dos limites territoriais das freguesias de Pernes, da União de Freguesias de São Vicente do Paúl e Vale de Figueira e da União de Freguesias de Achete, Azoia de Baixo e Póvoa de Santarém, depois de ouvidas as populações e encontrada uma solução consensual e que acomode os interesses de todas as partes.-----

--- A seguir, o senhor **António João Henriques**, Presidente da União de Freguesias de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 11/2013-2017
Sessão de 27 de fevereiro de 2015

Achete, Azoia de Baixo e Póvoa de Santarém, considerou que esta proposta não tem condições para ser votada, propondo a criação de um grupo de trabalho para analisar esta matéria. -----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** clarificou que esta proposta terá de ser votada, propondo que em conferência de representantes se discuta a criação de um grupo de trabalho que apresente uma solução para esta matéria. -----

--- Após alguma troca de impressões, a Assembleia Municipal de Santarém em face de não concordar com os limites territoriais das freguesias impostos no Projeto de Lei em apreço **deliberou, por unanimidade, emitir parecer desfavorável**, criando um grupo de trabalho para elaborar uma proposta consensual cujos limites territoriais das freguesias defenda os anseios das populações. -----

--- **PONTO OITO – EMISSÃO DE PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI NÚMERO SETECENTOS E CINQUENTA E SETE/XII (ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SANTARÉM (MARVILA), SANTA IRIA DA RIBEIRA DE SANTARÉM, SANTARÉM (S. SALVADOR), E SANTARÉM (S. NICOLAU), NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM, PARA UNIÃO DE FREGUESIAS DA CIDADE DE SANTARÉM), DA INICIATIVA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA.** -----

--- Pela Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local, da Assembleia da República, foi presente para emissão de parecer o Projeto de Lei número setecentos e cinquenta e sete/XII (alteração da denominação da União das Freguesias de Santarém (Marvila), Santa Iria da Ribeira de Santarém, Santarém (s. Salvador), e Santarém (s. Nicolau), no Município de Santarém, para União de Freguesias da Cidade de Santarém), da iniciativa do Partido Social Democrata. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor **Carlos Marçal**, Presidente da União de Freguesias de Santarém, que referiu que o extenso no desta União de Freguesias tem causado algumas dificuldades em termos administrativos. -----

--- Depois, o senhor **José Luís Cabrita** salientou que iria votar contra, porque desde o início que a CDU é contra a união destas freguesia e por outro lado porque a sua identidade

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 11/2013-2017
Sessão de 27 de fevereiro de 2015

se deve manter. -----

--- Esgotadas as intervenções, a Assembleia Municipal de Santarém **deliberou, por maioria, com trinta e sete votos a favor, três votos contra e zero abstenções, emitir parecer favorável**, em relação ao Projeto de Lei em apreço. -----

--- **PONTO NOVE – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES APRESENTADAS NOS TERMOS DO ARTIGO QUARENTA E SEIS DO REGIMENTO.** -----

--- Pela senhora **Fabiola Cardoso**, do Bloco de Esquerda, foi apresentada a seguinte proposta de deliberação:-----

--- “A vinte e cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro, o Movimento das Forças Armadas, coroando a longa resistência do povo português e interpretando os seus sentimentos profundos, derrubou o regime fascista”. Assim se iniciou, há quarenta e um anos, um novo capítulo da história do Povo Português, inscrevendo a sua luta em conquistas que se consagraram no texto da Constituição da República Portuguesa. -----

--- Se a Revolução de Abril foi obra do povo, foi o Movimento das Forças Armadas quem lhe abriu as portas. As forças da Escola Prática de Cavalaria de Santarém, comandadas pelo Capitão Salgueiro Maia, tiveram um papel determinante. Após a ocupação do Terreiro do Paço, nas primeiras horas da manhã, coube também a Salgueiro Maia e às forças que o acompanharam rumar ao Quartel do Carmo, onde se encontrava Marcelo Caetano. -----

--- A história de liberdade que Santarém reclama como também sua é a história de todas as conquistas do Povo Português possíveis graças ao vinte e cinco de Abril. Liberdades democráticas e direitos sociais, Constituição e Serviços Públicos, a escolha de um caminho para um país “mais livre, mais justo e mais fraterno”. -----

--- Considerando que o poder autárquico é uma dessas conquistas do vinte e cinco de Abril e muito nos honra, a nós scalabitanas e scalabitanos, poder ter a sede da nossa Assembleia Municipal na antiga Escola Prática de Cavalaria. -----

--- Sublinhando que nesta casa da democracia portuguesa e da democracia local, no quadragésimo primeiro aniversário do vinte e cinco de Abril, estão representadas por

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 11/2013-2017
Sessão de 27 de fevereiro de 2015

decisão do voto popular todas as forças políticas do concelho, sendo o espaço por excelência do pluralismo do poder local democrático. -----

--- A Assembleia Municipal de Santarém na sua sessão ordinária de vinte e sete de fevereiro de dois mil e quinze decide:-----

--- Realizar uma Sessão Solene da Assembleia Municipal comemorativa do quadragésimo primeiro aniversário do vinte e cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro, na antiga Escola Prática de Cavalaria, com intervenções do Exmo. Sr. Presidente da Câmara, de um eleito de todos os grupos municipais representados na Assembleia e de um representante da Comissão de Comemorações Populares do Vinte e Cinco 25 de Abril.”

--- Foi dada a palavra ao senhor **Ramiro Matos** que propôs em alternativa a esta proposta que as intervenções dos representantes de cada um dos partidos políticos com assento nesta Assembleia tenham lugar na cerimónia das Comemorações do Vinte e Cinco de Abril, junto do monumento a Salgueiro Maia, cuja organização é da responsabilidade da Câmara Municipal de Santarém, ou no almoço comemorativo, organizado pela Comissão das Comemorações do Vinte e Cinco de Abril. Isto, em seu entender, permitiria que as intervenções ocorram onde efetivamente estejam as pessoas. -----

--- Intervieram os senhores **Joaquim Neto** e **José Luís Cabrita** que concordaram com a sugestão apresentada pelo senhor Ramiro Matos. -----

--- Depois, o senhor **Armando Rosa** disse ser a favor da proposta do Bloco de Esquerda, não vendo grande solenidade na cerimónia junto ao monumento a Salgueiro Maia.-----

--- A seguir, senhora **Fabíola Cardoso** referiu que apesar de entender que a sessão solene deveria ocorrer neste espaço, aceita que as intervenções dos partidos com assento nesta Assembleia possam ser integradas na cerimónia organizada pelo Município de Santarém, solicitando a retirada da proposta em discussão. -----

--- Pela senhora **Fabíola Cardoso**, do Bloco de Esquerda, foi apresentada a seguinte Moção de Saudação ao Povo Grego: -----

--- “Os resultados das eleições legislativas do passado dia vinte e cinco de janeiro na Grécia, para além de escolhas políticas internas que são matéria da exclusiva responsabilidade do seu povo soberano, tiveram ampla repercussão internacional, em

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 11/2013-2017
Sessão de 27 de fevereiro de 2015

particular na Europa.-----

--- Os e as eleitoras gregas repudiaram nas urnas as pressões para condicionar as suas escolhas democráticas à vontade dos agiotas internacionais, da Troika e dos responsáveis europeus por cinco anos de austeridade, que conduziram o país ao desastre económico, social e humanitário.-----

--- Fica demonstrado que existem alternativas políticas à austeridade em doses mais ou menos duras. Na Grécia, como em Portugal, a austeridade gerou uma espiral recessiva, o aumento do desemprego e da própria dívida, por mais que seja maquilhada pela contabilidade criativa dos governos, das entidades reguladoras e agências de rating – as mesmas que encobriram até ao limite as bolhas financeiras e a falência de bancos como o Lehman Brothers, o BPN e o BES – GES.-----

--- As primeiras medidas anti-austeridade do novo governo grego – fim das privatizações e despedimentos na administração pública, reposição do salário mínimo anterior à entrada da Troika – e as propostas de renegociação das dívidas soberanas vão no bom sentido, ao apontarem um novo rumo para a Europa.-----

--- A negação da realidade por parte dos adeptos da austeridade como via régia, continua forte, ainda que alguns já tenham saltado desse barco, por finalmente se tornar evidente que, afinal, não é retirar o poder de compra às pessoas, nem cortar brutalmente na Saúde e na Educação que dinamiza a Economia de um país e permite que as pessoas possam viver com qualidade.-----

--- É nesse sentido que parecem vir algumas declarações até agora inesperadas: Jean - Claude Juncker disse que "A troika é antidemocrática, carece de legitimidade democrática e vamos analisá-la quando chegar a hora" e ainda que “ameaça a dignidade da Grécia, Portugal e Irlanda”. Por sua vez a presidente do FMI, Christine Lagarde, ao "vir afirmar que já tinha chamado a atenção para o excesso de austeridade" reconhece agora que algo está mal. Até o destacado membro do PSD Marques Mendes considera que a ministra das Finanças portuguesa "esteve mal" na forma como lidou com a situação grega.-----

--- As posições do Governo e do Presidente da República são desadequadas, “mais merkelistas que a senhora Merkel”, e prejudicam a própria recuperação económica

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 11/2013-2017
Sessão de 27 de fevereiro de 2015

européia, em particular nos países do Sul; Portugal só pode tirar vantagens na diminuição do peso da dívida e do sofrimento que impõe à população. -----

--- Assim, a Assembleia Municipal de Santarém, reunida no dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e quinze, manifesta a sua satisfação pelo governo grego insistir na reposição de direitos sociais, no sentido da primazia dos direitos humanos sobre a ditadura da dívida e os lucros da especulação financeira – caminho que é necessário a Portugal.” -----

--- Tomou a palavra o senhor **Ramiro Matos** que salientou que não pode votar esta moção porque a mesma não tem nada a ver com Santarém e com as competências desta Assembleia. -----

--- A seguir, o senhor **Joaquim Neto** concordou que não faz sentido trazer a esta Assembleia este tipo de propostas. -----

--- Depois, o senhor **Armando Rosa** considerou desajustados os termos da proposta apresentada pelo que o Mais Santarém votará contra. -----

--- Após alguma troca de impressões, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a moção acima transcrita, tendo sido **rejeitada por maioria**, com trinta e dois votos contra, três votos a favor e zero abstenções. -----

--- Foram efetuadas as seguintes Declarações de Voto: -----

--- Pelo senhor **José Luís Cabrita** foi efetuada a seguinte Declaração de Voto: “A CDU votou favoravelmente, mas entendemos que matérias desta natureza que envolvam questões internacionais deve ser procurado um consenso em torno delas. De qualquer forma, não subscrevendo na íntegra o conteúdo da moção, não podemos deixar de saudar o povo Grego pela sua luta contra a austeridade imposta pela Troika”.-----

--- Pelo senhor **António Simões Borba** “O CDS votou contra por ausência de informação no documento. O governo Grego recuou em toda a linha e, contrariamente ao que prometeu, não acabou com a austeridade anterior”.-----

--- Pelo senhor **Armando Rosa** “O Mais Santarém nada tem contra o povo Grego ou qualquer outro e concorda até com algumas das considerações feitas pelo BE na sua moção. -----

--- No entanto, consideramos desajustados os termos em que a mesma é redigida, com um

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 11/2013-2017
Sessão de 27 de fevereiro de 2015

conteúdo demasiadamente ideológico, com considerações muito subjetivas, algumas de difícil confirmação e desenquadradas dos objetivos, responsabilidades e âmbito de uma assembleia municipal. -----

--- Como tem vindo a ser nossa postura, consideramos que somente em casos muito excepcionais e/ou de impacto para o Município, deverão ser tomadas posições por esta Assembleia que sejam de âmbito Nacional ou Internacional.-----

--- Pelo exposto o nosso voto é contra a aprovação desta moção.” -----

--- Pela senhora **Fabiola Cardoso**, do Bloco de Esquerda, foi apresentada a seguinte Moção de desacordo pelo pagamento de seguro ao Grupo de Forcados Amadores: -----

--- “No âmbito da sua competência legal o executivo da Câmara Municipal de Santarém decidiu, no início de fevereiro, continuar a pagar a apólice do seguro anual dos Forcados Amadores de Santarém no valor de três mil e oitocentos euros.-----

--- Não está em causa a quantia, não está em causa o centenário dos Forcados Amadores de Santarém, que pelo que se conhece atuam gratuitamente e que respeitamos. Não está em causa a tradição nem o que cada pessoa pensa sobre as touradas ou pelo chamado espetáculo taurino. -----

--- Há argumentos que se podem considerar válidos para um bom debate vindos de qualquer posição. No entanto, a atividade taurina é hoje uma atividade comercial e a forma como cada pessoa ou cada grupo nela se insere é da sua exclusiva responsabilidade privada. Em consequência, a Câmara Municipal de Santarém não deve financiar atividades taurinas.-----

--- Pode-se invocar, como muito bem escreveu Samuel Pimenta “a nobreza de um touro” não está em servir de “divertimento a uma multidão que se banqueteia com o derramamento de sangue”. “Simbolicamente, a tourada é a celebração de um sacrifício e da violência como condição da virilidade, da masculinidade e da força. É herdeira de um modelo civilizacional que ainda acredita que pode possuir tudo o que existe no planeta...”.

--- Cada humano que habita a Terra tem o dever de zelar pelo bem-maior de todo o planeta em prol da continuidade da vida que o sustém. Essa é a nova lei! Promover uma prática que celebra o sofrimento, a tortura e a morte de animais é alinhar com um modelo de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 11/2013-2017
Sessão de 27 de fevereiro de 2015

- civilização obsoleto e condenado à extinção”.-----
- As opiniões pessoais são sempre opiniões pessoais, mas a cultura e o divertimento não se podem basear no sofrimento dos animais.-----
- Assim, a Assembleia Municipal de Santarém, reunida em vinte e sete de fevereiro de dois mil e quinze, manifesta o seu desacordo pelo financiamento público, direto ou indireto, da Câmara Municipal de Santarém às atividades taurinas e, em consequência, desacordo com o pagamento de seguros ao Grupo de Forcados Amadores de Santarém.”
- O senhor **José Luís Cabrita** interveio referindo na CDU, sobre esta matéria, há posições divergentes que respeitam.-----
- Referiu que defende as touradas e a festa brava não apenas como tradição, mas também como cultura que não pode ser dissociada dos valores da terra.-----
- Salientou que no Bloco de Esquerda esta matéria também não é consensual, recordando que a ex-presidente da Câmara de Salvaterra de Magos, eleita por este partido, não só defende a festa brava como decidiu, enquanto presidente de Câmara, financiar as atividades taurinas no concelho de Salvaterra de Magos.-----
- Citou as palavras do ex-coordenador do Bloco de Esquerda, Francisco Louçã, no apoio às touradas e à festa brava.-----
- Concluiu, manifestando a sua concordância com o pagamento do seguro ao Grupo de Forcados Amadores de Santarém, porque ele representa um investimento na divulgação de Santarém, não apenas no país, mas também no estrangeiro, pelo que a CDU irá votar contra esta moção.-----
- A seguir, o senhor **Paulo Tiago Santos** considerou haver algumas contradições na moção em apreço, salientando que o PSD defende o pagamento do seguro ao Grupo de Forcados Amadores de Santarém, porque eles são os embaixadores de Santarém no estrangeiro, pelo que a bancada votará contra.-----
- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta de Recomendação, tendo sido **rejeitada por maioria**, com trinta e cinco votos contra, um voto a favor e uma abstenção.-----
- Pelo senhor **Armando Rosa** foi prestada a seguinte declaração de voto: O "Mais

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 11/2013-2017
Sessão de 27 de fevereiro de 2015

Santarém", tal como o Bloco de Esquerda, considera que este pagamento não tem qualquer sentido dado que:-----

--- A situação financeira do município exige decisão muito criteriosa e séria ponderação de interesse na aprovação de despesas, mesmo que de valor reduzido; -----

--- Este género de pagamentos implica, pela necessidade de justeza na sua atribuição, que muitos outros, muitas vezes destinados a ações de real preponderância e interesse social, cultural ou outro (o que não é aqui o caso), tenham também lugar;-----

--- No entanto, porque o enfoque desta Moção é posto na essência do espetáculo taurino com considerandos e posições para as quais não temos mandato para defender, dado que este tema não foi afluído no nosso programa eleitoral, apesar da defesa animal lá estar explicitamente tratada no ponto dez.C, consideramos não se dever agora, no decorrer do mandato, subscrever posições para as quais não fomos sufragados na eleição para esta Assembleia. -----

--- Assim, abstenho-nos na votação desta Moção.”-----

--- Pela senhora **Fabíola Cardoso**, do Bloco de Esquerda, foi apresentada a seguinte proposta de Recomendação sobre a CRIAÇÃO DE ECOVIA NO CURSO DO ANTIGO RAMAL FERROVIÁRIO ENTRE RIO MAIOR E O VALE DE SANTARÉM:-----

--- “Como é do conhecimento público existe a legítima aspiração de se criar uma ecovia que tenha por base o aproveitamento do curso do antigo ramal ferroviário entre Rio Maior e o Vale de Santarém. -----

--- Tal aspiração merece o nosso apoio. Os custos de implementação serão “reduzidos”, poderão e deverão ser repartidos entre os concelhos abrangidos (pelo menos Rio Maior, Santarém e Cartaxo, caso não se prolongue até à Azambuja). Poderá ser aproveitado o curso do antigo ramal ferroviário entre Rio Maior e o Vale de Santarém, por onde se escoava o minério de carvão da Mina do Espadanal, é praticamente plano e tem uma largura razoável.-----

--- Por certo existirão outros custos, como possíveis expropriações ou compras de pequenas parcelas de terreno, mas, como refere o Movimento Ecologista do Vale de Santarém no seu site: “com esta Ecovia poderá abrir-se uma nova e valiosa via de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 11/2013-2017
Sessão de 27 de fevereiro de 2015

beneficiação e valorização ao longo do rio, com muitos beneficiários, desde logo o próprio rio, mas também as populações nas suas proximidades. Ganharão os praticantes de pesca desportiva, de passeios em bicicleta, os caminheiros, os praticantes de canoagem, de orientação geográfica, de observação de aves, de fotografia...”. “Experiências deste tipo” têm-se demonstrado ”muito positivas, noutros locais do nosso país e no estrangeiro, mostram que, sem grandes custos, é possível e aconselhável investir neste sentido, promovendo ao mesmo tempo a defesa e conservação da natureza”. -----

--- A divulgação pública deste projeto por três organizações ecologistas (Movimento Ar Puro de Rio Maior, Eco Cartaxo e Movimento Ecologista do Vale de Santarém), e já com apoios da EICEL, Associação para a Defesa do Património Mineiro, Industrial e Arquitetónico e do Clube do Mato de Rio Maior, é uma base de sustentação muito valiosa, pois ela traz já e arranca com o compromisso da cidadania e do voluntariado ambiental.

--- Por outro lado, estando o Executivo da Câmara Municipal a proceder a trabalhos de contato e reuniões com outros municípios e entidades tendo como objetivo, entre outros, a diminuição da poluição do Rio Maior, estão criadas melhores condições para que esse diálogo inclua a construção da ecovia. -----

--- O contacto da população com a natureza e em particular com o rio proporcionará um reforço da sensibilização ambiental de que estamos carentes. O turismo ambiental, cada vez mais procurado, terá nesta ecovia vários motivos de atração. De igual modo, o fato da ecovia ter como base o antigo traçado da linha férrea poderá potenciar a divulgação e o conhecimento histórico, da evolução económica, social e cultural das e pelas comunidades abrangidas. -----

--- Assim, em responsabilidade ambiental e correspondendo a uma justa aspiração, o Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Santarém reunida no dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e quinze recomende, ao Executivo da Câmara Municipal, que: -----

--- Um – Tenha presente nos contatos com os municípios e demais entidades, o objetivo da criação desta ecovia para a qual serão necessários estudos e projetos prévios; -----

--- Dois – Que envolva os movimentos ecologistas, acima referidos, e outros movimentos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 11/2013-2017
Sessão de 27 de fevereiro de 2015

de cidadania, na construção do conceito, início e fim do trajeto, estudos e projetos.” -----

--- Tomou a palavra o senhor **José Luís Cabrita** que referiu ter conhecimento de que o executivo municipal está a trabalhar no sentido de encontrar uma solução para o ramal ferroviário entre Rio Maior e o Vale de Santarém, pelo que gostaria de obter alguns esclarecimentos sobre esta matéria.-----

--- Seguidamente a senhora **Vereadora Inês Barroso** deu conhecimentos dos desenvolvimentos levados a cabo pelo Município sobre esta matéria, salientando que tem havido reuniões intermunicipais no sentido de encontrar uma solução para a limpeza das linhas de água e acabar com a poluição do Rio Maior. -----

--- Após mais alguma troca de impressões, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta de Recomendação, tendo sido **rejeitada por maioria**, com vinte e três votos contra, catorze votos a favor e duas abstenções.-----

--- Pelo senhor **Ramiro Matos** foi proferida a seguinte declaração de voto: “O PSD votou contra porque entende que a autarquia está no caminho certo neste domínio, pelo que não faz sentido estar a condicionar ou a alterar o curso do trabalho já feito. Não nos parece ser a melhor opção. Por outro lado, o Bloco de Esquerda apresenta uma proposta que contempla expropriações sem quantificar os custos”.-----

--- Pelo senhor **Armando Rosa**, do Movimento Mais Santarém, foi apresentada a seguinte Recomendação – Transito Noturno na Zona Histórico: -----

--- “Tem-se verificado que o centro urbano e histórico de Santarém vem sofrendo uma progressiva ausência de movimento de pessoas e de negócios, consubstanciados pela total ausência de peões durante o período da noite e pelo constante encerramento de estabelecimentos comerciais, consequência da crise económica que tem assolado o país e a região e da falta de medidas reativas e preventivas. A falta de soluções práticas que minimizem esta situação preocupa os cidadãos, que criticam este estado de coisas e que veem o futuro com bastante pessimismo. -----

--- É urgente tomar medidas que possam pelo menos alterar esta situação e tornar a nossa cidade mais amigável ao visitante, mais bem frequentada, mais segura, mais alegre e mais atraente ao investimento.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 11/2013-2017
Sessão de 27 de fevereiro de 2015

--- O Mais Santarém tem recolhido bastantes opiniões e sugestões sobre medidas que poderiam melhorar esse aspeto negativo da nossa cidade, contactando o cidadão comum, os comerciantes da cidade e a sua associação representativa (ACES).-----

--- Este trabalho permitiu-nos concluir e elaborar esta recomendação ao executivo da Câmara Municipal, que passamos a explicar: -----

--- O movimento de cidadãos Mais Santarém, recomenda ao executivo da Câmara Municipal de Santarém que: -----

--- Primeiro – Estude a possibilidade de serem abertas ao trânsito todas as ruas possíveis do centro urbano e histórico da cidade, a partir das 19 horas, em dias úteis e durante os fins-de-semana, fora das horas de abertura normal do comércio tradicional. -----

--- Segundo – Que, durante esses períodos de trânsito aberto em horário fora de expediente, seja permitido o estacionamento de viaturas em algumas ruas que, para tal, tenham condições e durante um período de tempo alargado mas limitado.-----

--- Destas duas medidas, que consideramos económicas e simples de implementar, decorreriam os seguintes benefícios: -----

--- Um – Recriaria antigos hábitos dos escalabitanos de percorrerem em viatura o centro da cidade durante a noite. -----

--- Dois – Daria mais visibilidade ao comércio tradicional. -----

--- Três – Aumentaria a segurança nessas ruas, fazendo diminuir os receios e estigmas criados pela frequência de pessoas menos confiáveis, nesse espaço e nesse horário. -----

--- Quatro – Criaria mais oportunidades de negócio aos comerciantes que porventura estivessem abertos nesse horário.-----

--- Esta recomendação, caso seja aprovada pela Assembleia, deverá ter resposta concreta por parte do Executivo, sobre a sua implementação, até à realização da próxima Assembleia Municipal Ordinária.” -----

--- No uso da palavra o senhor **Ramiro Matos** salientou que esta proposta tem implicações técnicas, considerando que o centro histórico tem de ser objeto de uma estratégia mais profunda que não seja apenas uma alteração de trânsito noturno.-----

--- A seguir, o senhor **Gonçalo Martinho do Rosário** considerou que esta proposta está

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 11/2013-2017
Sessão de 27 de fevereiro de 2015

longe daquilo que o PS preconiza para os centros históricos, realçando que a dinâmica destes espaços passa pela fixação de pessoas e não trazer mais carros. -----

--- Referiu que esta recomendação afasta-se das práticas modernas de cidades evoluídas, colocando em causa a tranquilidade do centro histórico, destacando que a segurança faz-se com uma iluminação mais eficiente e uma agilização entre as forças de segurança e a fixação de pessoas. -----

--- Depois, o senhor **José Luís Cabrita** referiu que esta proposta é contraditória com uma recomendação, oportunamente apresentada pelo Mais Santarém, que visava a recuperação dos monumentos da cidade, dado que a circulação automóvel contribui para a degradação dos edifícios. -----

--- Salientou que atualmente são poucas as ruas do centro histórico que estão interditas ao trânsito, considerando que este espaço precisa é de comércio e de pessoas e não de automóveis. -----

--- Seguidamente, a senhor **Fabiola Cardoso** realçou que o Bloco de Esquerda é a favor de medidas que pretendam e consigam dinamizar o centro histórico, desde que devidamente participadas pela população e pensadas por técnicos que tenham conhecimentos sobre esta matéria. -----

--- De seguida, o senhor **Vereador Luís Farinha** referiu que as vias que estão encerradas ao trânsito são a rua Capelo e Ivens e a rua Serpa Pinto, acrescentando que esta última e o largo do Seminário, segundo informação dos técnicos, não têm condições para ser abertas ao trânsito sem haver uma intervenção no seu pavimento. -----

--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta de Recomendação, tendo sido **rejeitada por maioria**, com trinta e três votos contra, um voto a favor e uma abstenção. -----

--- Seguidamente, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a aprovação, em minuta, as deliberações tomadas na presente sessão, a fim de produzirem efeitos imediatos, nos termos do número três, do artigo cinquenta e sete, do anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 11/2013-2017
Sessão de 27 de fevereiro de 2015

--- Esgotada a Ordem de Trabalhos, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberto, nos termos da Lei e do Regimento, o **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**:

--- Foi dada a palavra à senhora **Joana Pinto** que, em nome do grupo de cidadãos “No Coração da Cidade”, deu conhecimento da iniciativa “recados à cidade” que visa recolher contributos para uma melhoria da qualidade de vida na cidade de Santarém.-----

--- Dada a ausência de mais intervenientes foi dado por concluído o **Período de Intervenção do Público**.-----

--- Eram zero horas e quarenta minutos, quando o senhor **Presidente da Assembleia** deu por encerrada a sessão de que se lavra a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos senhores Presidente e Secretários da Mesa da Assembleia.-----

--- E eu, Carlos Alberto Pereira Almeida,
funcionário nomeado para o efeito, a redigi e subscrevi.-----

-----**O PRESIDENTE**-----